

BC confirma ajuste de R\$ 25 bi

■ Demóstenes afirma que ajuste será “dramático, definitivo e permanente” e Franco anuncia que acordo com o FMI está próximo

Arnaldo Schultz - Brasília

CLAUDIA SAFATLE
Enviada especial

WASHINGTON - O pacote fiscal será “grande o suficiente e (anunciado) logo” e, em consequência desse ajuste nas contas públicas, “as taxas de juros cairão rapidamente”, afirmou o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, a banqueiros e empresários que foram ouvi-lo no seminário promovido pela Câmara de Comércio Estados Unidos-Brasil. Logo em seguida, o diretor da área externa do BC, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, confirmou que o esforço fiscal para 1999 será de R\$ 25 bilhões.

“O ajuste fiscal será dramático, definitivo e permanente”, afirmou Demóstenes. No fim de 2001, o déficit nominal, que inclui as despesas com juros no resultado das contas públicas, deverá estar em 3% do Produto Interno Bruto (PIB), em comparação com cerca de 7,5% do PIB estimados para 98.

Simultaneamente ao programa fiscal para os próximos três anos (1999-2001), também o pacote de socorro financeiro ao Brasil está para sair nos próximos dias. “Será anunciado logo”, confirmou Franco. Ele não confirmou que será uma linha de financiamento de US\$ 30 bilhões. “É cedo ainda para falar do tamanho”, disse, desmentindo, porém, a informação de que seria um fundo de recursos preventivos, não necessariamente para ser usado. “Se tiver recursos, vamos usar.”

Câmbio não muda - O presidente do BC afirmou por três vezes que a política cambial – um dos temas que, associado à questão fiscal, compõem o eixo das negociações com o Fundo Monetário Internacional – não mudará. Também negou que o governo pretenda acelerar a desvalorização cambial, aumentando o ritmo de 0,6% ao mês para 1% ao mês, como chegou a mencionar o economista-chefe do FMI, Michael Mussa, e o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus. “Há opiniões dentro e fora do FMI, mas o Brasil não vai mudar a política cambial nem vai acelerar as desvalorizações”, insistiu.

O governo brasileiro, apesar das negociações com o FMI estarem em fase muito avançada, ainda não fez um pedido formal de financiamento. Franco não explicou quando esse pedido será feito, mas informou que por ser uma forma inovadora de entendimento, “seu rito de consumação será diferente”. A política do FMI sempre foi a de trabalhar país a país, “case by case”, como disse Franco. Para ele, contudo, como a crise financeira internacional é “sistêmica”, talvez essa não seja a forma mais adequada de lidar com o problema.

Prevenção - Discute-se em Washington, hoje, uma substituição para esse sistema. Franco defende que duas mudanças ocorram a par-

tir desse debate: a criação de um fundo preventivo de crises dessa natureza e uma regulação das operações de venda a descoberto de papéis (*short selling*).

Após uma avaliação extremamente positiva do Plano Real, o presidente do BC disse que “sempre há outro lado”. E listou: “a velocidade das reformas não foi a ideal. A Previdência Social não foi adequadamente alterada e os estados não estão sob disciplina fiscal”. Agora, no bojo do programa fiscal, o governo pretende obter um projeto de lei complementar do Congresso que enquadre estados e municípios no esforço de corte de gastos. “Nós vamos mudar o regime fiscal”, garantiu Franco. Usando a imagem do copo com água ao meio, ele acha que o país está hoje sendo visto dessa forma: “tem gente que acha que o copo está vazio. Outros, que está quase cheio. Quem está com a imagem correta? Ontem, (*anteontem*) os brasileiros votaram na continuação desse processo”.

Defesa de juros altos - O presidente do BC garantiu, da mesma forma que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, havia feito em palestra no domingo, que o governo brasileiro não imporá controles à saída de capitais e não mudará o regime cambial e advogou a elevação dos juros como sendo “um custo menor que o que o país teria que pagar se não defendesse as reservas cambiais”. E arrematou: “Não vamos arriscar o progresso que fizemos.”

Demóstenes e Franco ressaltaram que ao Brasil interessa uma normalização dos mercados de capitais, para que os fluxos de recursos retornem ao país com preços razoáveis. No almoço com os empresários, o diretor do BC informou que as saídas de dólares do país nos últimos dez dias estão estabilizadas em cerca de US\$ 400 milhões ao dia, e que isso não é mais uma fuga e sim pagamentos de empresas que não estão conseguindo renovar suas dívidas no exterior.

O diretor disse que neste mês terão que ser pagos algo como US\$ 4 bilhões em títulos da dívida externa (*bradiés*), mas outros US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões ingressarão no país. Destes, US\$ 3 bilhões se referem aos pagamentos do ABN Amro e do Banco Bilbao Viscaya, que compraram bancos brasileiros. As reservas cambiais, segundo ele, estão em cerca de US\$ 47 bilhões.

Já no seminário sobre Brasil promovido pela Merrill Lynch e fechado para a imprensa, duas inquietações foram manifestadas por investidores: a capacidade do governo brasileiro de rolar sua dívida interna de mais de US\$ 300 bilhões e de cumprir seus compromissos fiscais. Essa capacidade foi assegurada por Franco, que estava, segundo participantes do evento, “visivelmente nervoso”.



Demóstenes Madureira Pinho (E) e Gustavo Franco: o pacote fiscal será anunciado logo e a redução dos juros virá em seguida